

Esfôrço cai de novo no vazio

Câmara 16-10 24 NOV 1988 189

O esforço concentrado convocado pelo Congresso Nacional não está vingando. Pouco ou quase nada pôde ser apreciado ou votado nos três dias de reuniões na Câmara, no Senado e no Congresso. Além do problema da falta de **quorum**, os políticos também não conseguem chegar a um acordo sobre as urgências que devem constar da pauta de votação. Neste sentido, assuntos como a regulamentação do salário mínimo e do direito de greve são geradores de polêmicas entre os líderes partidários. Mesmo tendo passado mais de duas horas reunidos ontem à tarde, os líderes partidários não conseguiram chegar a consenso, não devendo portanto haver votação hoje.

O líder do PFL, José Lourenço, mesmo sem saber do resultado da reunião já declarava que seu partido não votaria qualquer matéria constitucional sem a aprovação anterior do regimento interno. Questionado sobre salário mínimo ele respondeu: "não tenho medo da opinião pública. Assumo o que falo e não sou demagogo. Matéria constitucional, só com a aprovação do regimento interno".

Quanto à necessidade de um consenso de todas as lideranças partidárias para

a entrada de qualquer matéria na pauta de votação o líder respondeu que seu partido não pode ser acusado de estar obstruindo as votações. Segundo ele, o PFL tem menos de 150 parlamentares e que portanto qualquer matéria poderia ser aprovada sem a participação da bancada. Seu vice-líder, o deputado Inocêncio de Oliveira, que participou da reunião do colegiado, também entende que "as excepcionais constitucionais só devem ser votadas depois da aprovação do regimento. Queremos critérios básicos que definam a tramitação das matérias", disse.

LIDERANÇAS

As lideranças partidárias não conseguiram avançar muito na reunião de ontem e por isso mesmo voltam a se reunir hoje, às 11 horas, para tentar elaborar uma pauta de votação. A descrença quanto a um consenso, no entanto, é geral. Apesar de todos os partidos entenderem que estão perdendo espaço para o Executivo com relação principalmente à questão do salário mínimo, só chegaram a concordar que "no processo constituinte o Legislativo lutou para conquistar suas prerrogativas

e agora as entrega de mão beijada ao Executivo", disse Arnaldo Faria de Sá (PJ-SP).

As discordâncias partidárias sempre surgem quando os representantes de cada agremiação iniciam a análise do que é considerado urgência. Ontem, por exemplo, assuntos como o salário mínimo, a Lei de greve, o tabelamento dos juros, a criação dos tribunais regionais de justiça e a lei do inquilinato foram citados como assuntos de extrema importância para o País. Quando parecia que os partidos finalmente chegariam a um acordo, o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) falou ao líder do PMDB, Ibsen Pinheiro (RS), que não assinaria qualquer urgência sem antes analisar o mérito da matéria. Nervoso com a colocação do líder comunista, Ibsen declarou que se soubesse do fato com antecedência não estaria perdendo seu tempo.

Na sessão da Câmara realizada ontem à tarde não havia **quorum** para votação. Os poucos deputados presentes se revesavam nos microfones de apartes para pedir uma providência da Casa no sentido de garantir as presenças.